

ONDE ANINHA A LUTA PELA TERRA? PERTO DAS MARGARIDAS! APRENDIZADOS EXTENSIONISTAS JUNTO ÀS MULHERES DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDS) OSVALDO DE OLIVEIRA

WHERE DOES THE STRUGGLE FOR LAND NEST? ALONGSIDE THE DAISIES! COMMUNITY OUTREACH LEARNING ALONGSIDE THE WOMEN OF THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT SETTLEMENT PROJECT (PDS) OSVALDO DE OLIVEIRA

Camila Rolim Laricchia¹

Katia Iris Marro²

Resumo: Este trabalho é fruto de ações extensionistas articuladas aos processos de auto-organização das mulheres de um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)- Rio de Janeiro, as Margaridas do Carukango. Refletimos sobre atividades educativas que, inspiradas na educação popular, propõem espaços para problematizar a organização do trabalho no campo; o trabalho reprodutivo no meio agrário; a divisão sexual e racial do trabalho; os mandatos patriarcais de cuidado em contraposição a iniciativas de auto-organização feministas. Apresentamos instrumentos metodológicos que fomos criando, desafiando nossa forma de estar na universidade: saberes e vivências que aninham junto a essas mulheres incríveis.

Palavras chaves: Agricultura Camponesa, Luta Pela Terra, Igualdade de Gênero, Autonomia Financeira, Lutas Feministas

Abstract: This work is the result of community outreach activities articulated with the self-organization processes of the women of Brazil's Landless Rural Workers' Movement (MST)—the “Margaridas do Carukango” (Daisies of Carukango). We share reflections on educational activities that, inspired by popular education, propose spaces to problematize the organization of work in the countryside; reproductive labor within the agricultural sphere; the sexual and racial division of labor; and patriarchal mandates of care, in contrast with feminist initiatives for self-organization. We present methodological instruments we have created, challenging our way of being in the university—representing forms of knowledge and lived experiences that nest alongside these incredible women.

Keywords: Peasant Agriculture, Struggle For Land, Gender Equality, Financial Autonomy, Feminist Struggles.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1Doutora em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Minas Gerais; Professora Adjunta – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; E-mail: camilalaricchia@unirio.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1765-0849>.

2Doutora em Serviço Social – Universidade Federal de Rio de Janeiro; Professora Associada – Universidade Federal Fluminense, Campus Rio das Ostras; E-mail: katiamarro@id.uff.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8644-8508>

Introdução

Este trabalho é fruto de ações extensionistas interdisciplinares que desenvolvemos em parceria e na condição de docentes do curso de engenharia de produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Macaé/RJ) e do curso de serviço social da Universidade Federal Fluminense (UFF/Rio das Ostras/RJ), em articulação com processos de auto-organização de mulheres de uma área de Reforma Agrária da cidade de Macaé: as mulheres do Assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira, as Margaridas do Carukango do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Rio de Janeiro (MST/RJ).

Há uma larga tradição de trabalho extensionista junto à comunidade do assentamento, que data desde o ano de 2010. Entretanto, aqui compartilharemos experiências de trabalho junto às mulheres, que se reiniciaram em finais de 2022. Neste contexto, firmamos uma parceria entre os projetos de extensão “Mulheres da Terra que cuidam e curam”, vinculado ao Departamento Interdisciplinar do Campus Universitário de Rio das Ostras da UFF, e “Cooperação agrícola” do Instituto Politécnico, do Campus Universitário de Macaé da UFRJ.

Na condição de docentes dos cursos de serviço social (UFF/Rio das Ostras) e de engenharia de produção (UFRJ/Macaé), desenvolvemos ações de extensão que dão apoio à organização e estruturação da produção, por meio de encontros e oficinas periódicas que contemplam um espaço de debate e formação política, assim como atividades sócio-educativas e de saúde, que buscam incidir nas condições de vida, de trabalho e de organização das mulheres dentro do assentamento. Contempla também, atividades de planejamento da produção para abastecimento de feiras locais (nas Universidades ou espaços públicos); compra de alimentos por meio de políticas públicas, ou comercialização em outros circuitos locais ou regionais do MST; geração de renda; autonomia financeira; melhoria da saúde e da qualidade de vida a partir das práticas agroecológicas protagonizadas pelas mulheres, são centrais nas nossas propostas. Temos apostado na construção de espaços formativos que debatem e problematizam a organização do trabalho no campo; ao acesso à tecnologia por parte das mulheres; ao trabalho reprodutivo desenvolvido pelas mulheres nas áreas de reforma agrária; à divisão sexual e racial do trabalho e os papéis de gênero no assentamento; e aos mandatos patriarcais de cuidado em contraposição a iniciativas de cuidado e auto-organização, inspiradas nas lutas feministas. Temos buscado, também, dar visibilidade ao papel social do trabalho das mulheres rurais; refletir sobre a importância das suas lutas no enfrentamento do padrão primário exportador e sobre o significado da

sua auto-organização frente às violências patriarcais que se multiplicam em territórios extrativistas, como Rio das Ostras e Macaé.

Gostamos de afirmar que o trabalho junto às mulheres do PDS Osvaldo de Oliveira é sempre uma “aventura”; um convite a reinventar, de forma permanente, os saberes acadêmicos e as práticas extensionistas. A chuva que inviabiliza a chegada no assentamento; a falta de transporte, recursos ou apoio sistemático por parte da Universidade para garantir um trabalho de qualidade; as ameaças recorrentes de despejo ou desestruturação do assentamento pela permanência de uma política de contra-reforma agrária (Alentejano, Junior, Silva, 2022); a ausência de apoio das políticas públicas locais para garantir a vida no território, são limites sempre desafiados pela teimosa insistência das Margaridas do Carukango. Nestas páginas, compartilhamos nosso “diário de viagem”, nossas experiências e vivências junto a essas mulheres que tanto nos inspiram.

1. Contextualizando o PDS Osvaldo de Oliveira: o território que habitam as Margaridas do Carukango

Segundo o censo demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), o Rio de Janeiro é considerado um dos estados mais urbanizados do país, com 97,9% do seu território urbano. O município de Macaé é marcado por longos anos de exploração da terra, passando pelo ciclo da cana, do café, pela pecuária intensiva, até a especulação da terra pela forte industrialização do polo petroquímico. Com a descoberta dos campos petrolíferos da Bacia de Campos na década de 80, Macaé ficou conhecida como a capital do petróleo. Devido a isso, observa-se um crescimento populacional acelerado, passando de 75.863 em 1980 para 132.461 habitantes em 2000 (IBGE, 2023). Mais recentemente, em 2006, a descoberta de grandes reservas de pré-sal pela Petrobras no litoral fluminense, impulsionou a expansão de novos investimentos nesse setor (Costa, Monteiro, Grabois *et al*, 2023), ocasionando um crescimento populacional de 56% de 2000 para 2010 em Macaé (IBGE, 2023). Ainda nesse sentido, segundo Mansur (2023), o censo demográfico 2022 (IBGE, 2023) revelou a tendência ao deslocamento da população dos grandes centros urbanos para cidades menores do interior com economia influenciada pelo ramo do petróleo. Houve um crescimento de 19% de 2010 para 2022 em Macaé e de 48,1% em Rio das Ostras, município vizinho a Macaé, enquanto a população da cidade do Rio de Janeiro diminuiu 1,7% no mesmo período.

Vale destacar que os municípios de Rio das Ostras e Macaé reformularam seu zoneamento distrital e os planos diretores para atração

de novos investimentos, reclassificando parte das áreas rurais e periurbanas como zonas industriais – perdendo sua natureza de áreas agricultáveis – convertidas em ativos para o mercado (Costa, Barcelos, Wanderley, 2021). Pelo censo agropecuário (IBGE, 2019), os estabelecimentos agropecuários de Macaé ocupam 58,5% do território do município. Isso reverbera em uma precarização das políticas públicas para a agricultura e em um intenso êxodo rural, em que apenas 2,7% da população mora em área rural (IBGE, 2023). Ao mesmo tempo, Macaé é a região do estado do Rio de Janeiro com maior produção de feijão preto, responsável por 45,6% da produção (IBGE, 2019), demonstrando um grande potencial agrícola, caso haja investimentos.

Além desses dados que corroboram uma invisibilidade da agricultura familiar no município, existe um contexto de conflitos agrários no território do assentamento PDS Osvaldo de Oliveira. A sua história se inicia com um trabalho de organização realizado em 2009 pelo MST, junto à população das regiões de Macaé, Rio das Ostras e Cabo Frio. Em 2010, no dia 07 de setembro, 300 famílias Sem-Terra da região dos lagos e norte fluminense, ocuparam a Fazenda Bom Jardim, localizada no Córrego do Ouro, distrito de Macaé/RJ. O latifúndio, com 1.649 hectares, era propriedade da empresa Campos Difusora Sociedade Limitada - LTDA (empresa de rádio e arrendada a seu proprietário, uma figura pública no norte fluminense), sendo considerado improdutivo pelo Incra em 2006 e decretado para fins de reforma agrária no Diário Oficial da União no dia primeiro de setembro de 2010 (Monteiro, 2014; Costa, 2024). Além de não cumprir sua função social, a área apresentava desmatamento, sendo que é uma reserva ambiental de extrema importância, com densa área florestal e rios que compõem a Bacia do Rio Macaé.

Depois de três meses da ocupação, as famílias sofreram um violento despejo, devido a uma ação de reintegração de posse; processo movido pela Campos Difusora para anular o decreto presidencial que destinava a área da Fazenda Bom Jardim à reforma agrária. Com o despejo, os(as) Sem-Terra foram acolhidos por uma igreja local durante 15 dias. Depois, ficaram dois anos no contorno da BR 101, onde sofreram o segundo despejo. Em seguida, encaminharam-se para uma área pública à beira da linha férrea da localidade Califórnia, em Cantagalo, distrito de Rio das Ostras/RJ, onde ficaram por quase dois anos. Na proposta de ocupação de uma pequena parcela da Fazenda Bom Jardim, elaborada pelo MST e apresentada ao Ministério Público, podemos observar as condições de vida dessas famílias expostas a inúmeros despejos:

Desde a instalação provisória do acampamento na beira da estrada de ferro da localidade Califórnia, em Cantagalo, distrito de Rio das Ostras, as famílias foram vítimas de atentados cometidos por pessoas indeterminadas, externas à comunidade, ameaças, infiltração de indivíduos ligados a atividades criminosas, como tráfico de drogas, roubos de carros e motos, assédios de vários tipos, inclusive às crianças, dentre outros padecimentos[...]. (MST, 2013 *apud* Rangel, 2019, p. 42).

Em 2012, o Incra iniciou o processo para cumprir o decreto de reforma agrária, por meio de uma ação de desapropriação, discutindo a indenização ao suposto proprietário. Em seguida, o Ministério Público Federal questionou a viabilidade ambiental do assentamento, localizado em área de grande importância ecológica, através de uma Ação Civil Pública. A mobilização do MST foi crucial para garantir avanços na discussão, e em 2014 a emissão de posse foi assinada, permitindo que as famílias retornassem à Fazenda Bom Jardim (Costa, 2024). Durante esses anos, as famílias vinham discutindo a proposta de uma modalidade diferenciada de ocupação da terra, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS (Rangel, 2019). Esta modalidade alternativa de assentamento, criada pela Portaria/Incra nº 477/1999, é “destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental” (Brasil, 1999). Dentre os princípios do PDS podemos destacar: o interesse ecológico e social, por meio da produção agroecológica e proteção das matas; a valorização social do trabalho e a gestão comunitária; a concessão de uso da terra, através do Contrato de Direito Real de Uso, demonstrando a apropriação coletiva da terra. Assim, deve ser estimulada a participação das famílias em todas as ações dentro da área, como forma de garantir a melhoria organizacional e fortalecimento de associações ou outras formas organizativas (Brasil, 2006).

Após sete anos sem desapropriações no estado do Rio de Janeiro (Rangel, 2019), o PDS Osvaldo de Oliveira foi criado em 02 de abril de 2014, com capacidade para 63 famílias (Incra, 2025), sendo o primeiro assentamento do estado nesta modalidade. Já em 2016, o assentamento apresentava cerca de 60% de sua área coberta pela Mata Atlântica em estágio médio e avançado, com o desafio da recuperação parcial da porção degradada pelo antigo proprietário (Wigg, Vieira, Quintans *et al*, 2016, p. 129).

Em 2020, o assentamento recebeu mais uma ameaça de despejo devido ao trâmite processual da Ação Civil Pública no Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Nesta ação, o desembargador “avaliou o território apenas sob a

perspectiva da natureza intocada e ignorou a possibilidade socioambiental da ocupação territorial levada em consideração pela decisão de emissão na posse do Tribunal de Justiça em 2014” (Costa, 2024, p. 56). A reintegração de posse não se consolidou porque o Incra ajuizou um pedido de suspensão dos efeitos do acórdão, pois entendeu que havia um manifesto de interesse público, e o então presidente do Superior Tribunal de Justiça suspendeu a decisão do Desembargador do TRF2 em dezembro de 2020 (Costa, 2024). “A Ação Civil Pública segue em tramitação no Tribunal Regional Federal entre a possibilidade imediata de despejo pedida pela empresa do antigo proprietário da Fazenda Bom Jardim” (Costa, 2024, p. 125). Em 2023, o Incra moveu uma Ação Rescisória na tentativa de “reverter o que transitou em julgado na ação de desapropriação, uma vez que sua sentença foi contra a permanência das famílias a partir de uma lente que desconsiderou não somente as dimensões sociais do conflito, mas também regras processuais” (Costa, 2024, p. 19).

Diante desse contexto, conclui-se que desde 2010, os(as) moradores(as) do assentamento PDS Osvaldo de Oliveira vivem em um contexto de muita instabilidade devido às recorrentes ameaças de despejo, prejudicando o desenvolvimento da área em diversos sentidos: na infraestrutura da moradia, no planejamento produtivo, na permanência das famílias no território, na intensificação de conflitos internos, entre outros aspectos.

Alguns apontamentos sobre as condições de vida no assentamento

Com a desapropriação da fazenda Bom Jardim em 2014, as famílias se alojaram em barracos próximos a uma casa de alvenaria, já existente na área, a fim de aproveitar a energia elétrica e a água encanada do local. Desde a criação do PDS, os(as) assentados(as) têm se mobilizado nas portas da prefeitura e secretarias do município de Macaé para o atendimento de demandas relacionadas com infraestrutura básica, como fornecimento de tratores, sementes e transporte público; a criação de um plano de reflorestamento do assentamento; a implantação de sistema de coleta de lixo; a fiscalização das matas para coibir ação de caçadores e tratamento da água. Uma conquista importante foi o transporte escolar, fornecido pela prefeitura, que viabiliza o deslocamento das crianças, jovens e adultos à escola.

Em 2018, com a divisão do assentamento em lotes individuais, as famílias foram, aos poucos, se dirigindo para a sua Unidade de Produção Agroecológica. Também definiram cerca de 149,5 hectares para a produção coletiva, representando 30% da área total do PDS Osvaldo de Oliveira. A divisão do assentamento foi realizada projetando uma capacidade máxima

de 63 famílias. Em 2017, existiam 52 famílias (42 cadastradas na Relação de Beneficiários do Incra e 12 em processo de cadastramento). Devido à infraestrutura precária, à presença de população idosa, às diversas tentativas de reintegração e ao contexto de pandemia de COVID-19 – dificultando ainda mais a organização social e o escoamento da produção –, estima-se que muitas famílias foram deixando os lotes.

Os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) têm à disposição 10 modalidades de linha de crédito “que permitem a instalação em um assentamento e o desenvolvimento de atividades produtivas”, isto é, ao crédito instalação (Incra, 2024). As modalidades acessadas por alguns(algumas) dos(as) assentados(as) foram Apoio Inicial, Habitação e Fomento Mulher.

O Apoio Inicial tem o objetivo de “auxiliar na instalação no assentamento e compra de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e de equipamentos produtivos” (Incra, 2024). Até 2022, de 41 famílias, apenas 11 acessaram essa modalidade de crédito (Costa, 2024). Houve casos nos quais as famílias tomaram ciência do recebimento do Apoio Inicial por parte do banco, apenas quando receberam o Crédito Habitação, em 2021, não sendo mais possível utilizar o crédito.

Sobre a execução do Crédito Habitação, 18 famílias conseguiram acessar essa política para viabilizar a aquisição de materiais e serviços utilizados na construção de habitação rural. No entanto, há uma investigação administrativa em curso, uma vez que a empresa, habilitada pelo Incra, contratada para a construção das casas, desapareceu e não deu continuidade à obrigação contratual (Costa, 2024). Ainda há muitos(as) assentados(as) morando em barracos feitos de madeira ou lona, sem água encanada e, geralmente, divididos entre um quarto, uma cozinha com fogão a lenha e um banheiro com fossa feita por eles. Vale destacar que depois de muita luta, junto aos órgãos competentes, a energia elétrica começou a chegar nas moradias apenas depois de 2019.

Já o crédito Fomento Mulher tem a finalidade de auxiliar as mulheres titulares do lote a implantar projetos produtivos sob a sua responsabilidade, no valor de até R\$ 8 mil. Em 2024, em torno de 10 mulheres do assentamento conseguiram acessar o crédito com o apoio das ações extensionistas descritas neste trabalho.

A estrada principal do assentamento é de terra, com difícil acesso. Alguns poucos assentados e assentadas têm carro, moto e/ou bicicleta; grande parte deles(as) se locomove a pé, e dependendo do local de moradia, têm que andar cerca de três horas até o ponto de ônibus mais próximo. O posto de

saúde mais próximo fica a uma distância de 20 km, “no entanto, devido às péssimas condições das estradas e inexistência de transporte público para o assentamento, as famílias não conseguem usufruir desse direito previsto na constituição” (Wigg, Vieira, Quintans *et al*, 2016, p. 140). O seguinte trecho mostra a avaliação do Incra/RJ (2017) sobre as estradas do PDS Osvaldo de Oliveira:

As estradas internas do PDS estão em péssimo estado de conservação, o que poderá, se medidas não forem tomadas, até inviabilizar o escoamento da produção em determinadas glebas. Semelhantemente, a estrada vicinal que dá acesso ao PDS encontra-se em más condições, sendo arriscado e limitado o tráfego em períodos chuvosos. Da porteira que dá acesso ao PDS, limítrofe ao Rio São Pedro, até a rodovia estadual RJ 162, que é pavimentada, são aproximadamente 12 km de estrada de terra também em péssimo estado de tráfego (Incra, 2017, p. 40).

Estas e outras dificuldades, constituem os desafios enfrentados pelas famílias na realização da Reforma Agrária na região.

O PDS Osvaldo de Oliveira e o desafio da produção agroecológica

A topografia do PDS Osvaldo de Oliveira é caracterizada por muitos morros, limitando a agricultura, aproximadamente, a 600 hectaresectares, com necessidade de drenagem interna e riscos de inundações periódicas. Sendo assim, algumas unidades familiares alagam no período das chuvas, inviabilizando a produção. A área possui alguns drenos, em mau estado de conservação (Incra, 2017). A limpeza das valas de drenagem do assentamento pela prefeitura é uma reivindicação constante dos(as) moradores(as), porém até então esse pedido não foi atendido.

O entupimento das valas e a falta de maquinário agrícola são os principais motivos que limitam a produção individual. A Prefeitura de Macaé, por meio da Secretaria Municipal de Agroeconomia, tem apoiado o assentamento com trator para o plantio, na aquisição de sementes, no transporte para entregas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA³), na organização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE⁴) nas escolas municipais

3 Dentro da política de combate à fome, o PAA é um programa de compra de alimentos da agricultura familiar pelo governo federal e doação para equipamentos sociais e políticas públicas.

4 O PNAE define que no mínimo 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a merenda escolar “deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (BRASIL, 2009)

e com assistência técnica. Mas, há uma necessidade de ampliar esse apoio, pois a demanda por esses serviços no município é alta e, por vezes, há atrasos na prestação dos serviços.

Mesmo nessas condições, os(as) moradores(as) do PDS Osvaldo de Oliveira desenvolvem práticas de produção agroecológica em áreas individuais e coletivas, desde o período de ocupação da área. Os cultivos são aipim, feijão, banana, milho, abóbora, melancia, quiabo, maracujá, hortaliças, batata-doce, inhame, pimenta, taioba, cebolinha, cana-de-açúcar, limão, mamão, guandu, urucum, entre outras. Os produtos são comercializados por meio de feiras (locais, estaduais e nacionais), pelas políticas públicas como PNAE e PAA, espaços de comercialização, cestas agroecológicas e atravessadores.

Com relação ao PNAE, em 2024, o PDS Osvaldo de Oliveira forneceu 9,5 toneladas de alimentos para a merenda escolar de Macaé, com destaque para o aipim, abóbora e feijão preto. Já pelo PAA foram entregues mais de 19 toneladas de alimentos, destinados aos usuários das políticas de assistência social e de outros equipamentos sociais da região, entre 2024 e 2025, com destaque para abóbora, banana, batata doce e aipim.

Cabe destacar que o acesso ao PAA foi fruto do trabalho de extensão universitária com as mulheres do assentamento, que será melhor descrito nas seções seguintes. Esse trabalho mobilizou a ativação da Associação das Assentadas e Assentados do PDS Osvaldo de Oliveira, uma entidade jurídica, organizativa e formal para defender os interesses e objetivos dos(as) associados(as), registrada em 2018. A partir do trabalho junto às agricultoras, em 2023, a Associação do PDS Osvaldo de Oliveira, composta majoritariamente por mulheres, conseguiu acessar o PAA e, até o momento, já gerou R\$ 95.258,92 de renda líquida para o assentamento (Conab, 2025).

2. As Margaridas do Carukango: a organização das mulheres do PDS Osvaldo de Oliveira

As mulheres são parte fundamental do PDS Osvaldo de Oliveira: das 42 famílias cadastradas pelo Incra que habitam o assentamento, 57,14% são chefiadas por mulheres, representando 24 famílias (Costa, 2024). Dentre elas, 14 não dividem lote com nenhum companheiro, ou seja, 33% das unidades familiares do assentamento. Na pesquisa aqui referenciada, a autora entrevistou seis mulheres do PDS, das quais quatro relataram que os maridos viam o assentamento como obstáculo à vida conjugal, exigindo que elas deixassem o MST e retornassem à cidade. Histórias de duas mulheres

se destacaram na pesquisa: uma foi acusada pelo marido de “roubar terra” e se separou logo após iniciar a ocupação, pois este achava que ela tinha que comprar a terra mesmo sabendo que ela não teria recursos financeiros; a outra, era casada há 24 anos e, depois de um ano no assentamento, o marido foi buscá-la, dizendo que ela ia “voltar para casa”. No entanto, ela escolheu permanecer no assentamento, pois na cidade o filho estava se envolvendo com drogas e no meio rural ela estava aprendendo outra forma de vida, possibilitando a aproximação do filho com a agricultura. Com essa decisão dela, o pai abandonou o filho, tornando-a mãe solo.

No ambiente coletivo do assentamento, as desigualdades entre homens e mulheres atravessam as vivências das assentadas: nas reuniões mistas há predominância das falas dos homens e de invisibilidade e descrédito do trabalho das mulheres, seja no preparo das refeições, no cuidado com as hortas, na gestão da associação ou no trabalho pesado de grandes lavouras. Ao mesmo tempo, as mulheres do assentamento foram fundamentais em todo o processo de conquista da terra.

Foi assim que, por meio da percepção das desigualdades em relação aos homens no dia a dia do assentamento, em 2015, as trabalhadoras do PDS Osvaldo de Oliveira começaram a construir um coletivo, chamado Margaridas do Carukango, com o acompanhamento de um dos Projetos de extensão aqui mencionados. Escolhido pelas mulheres, o nome do coletivo faz uma homenagem a duas lideranças: Margarida Alves, importante liderança sindical camponesa, que teve um grande protagonismo nas lutas contra o latifúndio nos anos 70 na Paraíba, e Carukango, um líder quilombola moçambicano. O quilombo de Carukango foi um dos maiores do estado do Rio de Janeiro e se localizava, no século XIX, na região do assentamento PDS Osvaldo de Oliveira.

Os primeiros passos do Coletivo de mulheres foram marcados por momentos de encontro, reconhecimento entre elas, produção de vínculos de afeto e confiança, e espaços de formação política: *“por que as mulheres são as únicas que limpam a sede?”*, *“por que só os homens falam com o Incra?”*, *“por que os homens costumam dizer que as mulheres não trabalham suficientemente no plantio coletivo?”*. As perguntas que elas traziam, ressoavam as marcas da divisão sexual e racial do trabalho, dentro da vida coletiva e produtiva do assentamento. Aos poucos, e em diálogo com os debates do Coletivo de Gênero do MST, fomos descobrindo a importância de trabalhar, pela via da extensão universitária, na promoção de relações mais igualitárias entre homens e mulheres no contexto da luta pela Reforma Agrária Popular, assim como a necessidade de fomentar o protagonismo das mulheres na vida

produtiva e social do assentamento.

As Margaridas do Carukango deram passos importantes: produziram alguns artesanatos que levaram para as Feiras da Reforma Agrária; participaram de encontros de lazer e troca, que as tiravam do fogão e as traziam para um espaço de cumplicidade onde cozinham e assistiam filmes ou debatiam; começaram a sonhar com uma área coletiva para plantio e, em 2019, foram protagonistas de um filme cujo lançamento assistiram juntas e emocionadas no Cine Odeon no Rio de Janeiro⁵. Por algum tempo, o Coletivo de mulheres ficou adormecido nas dificuldades de sustentação cotidiana de um assentamento de reforma agrária, até que, o final do ano de 2022, renascendo das cinzas⁶, voltou a encontrar as Margaridas debatendo sobre os rumos coletivos do território, sobre a necessidade de plantar árvores para reflorestar a área para que os passarinhos voltassem ao PDS.

3. Algumas referências teóricas e políticas do trabalho realizado junto às Margaridas do Carukango

O trabalho das mulheres é uma referência central das ações extensionistas relatadas. Algumas perguntas são importantes para abrir os debates: *O que acontece com o trabalho das mulheres em uma sociedade capitalista, racista e patriarcal? Em que medida essas marcas impactam no trabalho das mulheres rurais? De que forma as mulheres que estão em luta pela terra, em uma área marcada pela exploração extrativista, são impactadas por esta dinâmica de exploração dos bens comuns da natureza? As mulheres do campo, têm acesso a instrumentos de trabalho e tecnologias que lhes permitam estar em condições de igualdade com os homens? Como essas desigualdades atravessam e redefinem a luta pela terra e a reforma agrária?* Algumas referências teóricas e políticas que aqui compartilhamos estão presentes em oficinas, atividades formativas e demais propostas que construímos junto às mulheres do PDS Osvaldo de Oliveira. Coloquemos então, algumas destas chaves analíticas que nos desafiam.

Produto dos mandatos patriarcais e expectativas de gênero acerca da condição feminina, as mulheres são atreladas a uma disciplinadora divisão sexual e racial do trabalho que as coloca como principais responsáveis do trabalho reprodutivo e de cuidados (Cisne e Santos, 2018). A relação política

⁵ *Mulheres da Enxada* é um curta documentário sobre as Margaridas do Carukango, produzido em 2019 por Patrik Nunes, por meio do Edital Elipse. O produtor do filme foi estudante do Curso de Produção Cultural, bolsista dos projetos de extensão interdisciplinares, de Serviço Social e Enfermagem da UFF de Rio das Ostras que trabalhavam junto ao Assentamento desde aquela época.

⁶ Em finais de 2022 o PDS enfrentou um incêndio que atingiu algumas casas e as instalações de água e luz que abasteciam várias áreas do assentamento.

e de domínio que se instaura entre os sexos, a partir da divisão sexual do trabalho provoca, segundo Tabet (2014), um desequilíbrio no acesso aos instrumentos de trabalho que se expressa num subequipamento das mulheres que impactará na sua capacidade produtiva. Instrumentos escassos, mais simples e rudimentares marcarão os contornos desse desequilíbrio. Trata-se de uma divisão sexual e generificada do trabalho, que marca trajetórias desiguais de acesso à renda, à educação e ao trabalho por parte das mulheres. Ao longo da história de consolidação do capitalismo, essa submissão ao trabalho reprodutivo foi acompanhada de um processo de expropriação do poder social e do conhecimento e controle sobre a capacidade reprodutiva - “o cercamento social da reprodução”, na letra de Federici (2017, p. 162). Segundo a análise desta intelectual, o disciplinamento capitalista das mulheres que redefine a família como lugar central de reprodução da força de trabalho foi precedido por uma verdadeira “guerra contra as mulheres” que envolve um conjunto diversificado de dispositivos misóginos que operam entre os séculos XV e XVII, em função de consolidar a divisão sexual do trabalho e a nova estrutura patriarcal, necessária a essa sociedade. Em um primeiro momento, foi necessário desvalorizar a imagem social e o trabalho das mulheres, retirá-las do âmbito público e confiná-las no trabalho reprodutivo: os “cercamentos” das terras comunais na Europa destituíram parte dos seus espaços de autonomia e sociabilidade, acirraram conflitos entre os trabalhadores quando seus corpos apareciam como substitutos e compensação frente à frustração das terras perdidas, completando-se na “caça às bruxas” que alimentaria um processo monumental de degradação da sua posição social. Por sua vez, a imposição da disciplina social necessária ao trabalho assalariado implicaria também um ataque às formas de sociabilidade e sexualidade coletivas, sendo necessário: disciplinar o corpo (com a redefinição da “feminilidade” e da “masculinidade”); “dessocializar”, “descoletivizar” e mercantilizar a reprodução da força de trabalho, confinando esta experiência ao âmbito privado doméstico; e “essencializar” esta tarefa como sendo de responsabilidade feminina. Apesar de falarmos de tempos longínquos, essas marcas estruturais que organizam o lugar social, o trabalho e as expectativas de gênero, têm profunda incidência na vida das mulheres, ainda mais se considerarmos os traços persistentes de uma sociedade que manteve corpos negros escravizados por mais de 300 anos. Desde o processo de colonização, a mulher negra escravizada vivenciou diferentes tipos de exploração, da força de trabalho, do trabalho reprodutivo, ou como objeto de satisfação sexual do homem branco (Gonzalez, 2018).

A necessidade da disponibilidade do trabalho reprodutivo (de forma gratuita e permanente para garantir a reprodução da força de trabalho) como condição

da sociedade colonial, e depois, da sociedade salarial, ditará o ritmo da divisão sexual e racial do trabalho. Isso explica boa parte das ideologias patriarcais e racistas que identificam as mulheres como candidatas “natas” ao trabalho reprodutivo e de cuidados, promovendo uma socialização desigual entre os sexos. Desta forma, esse trabalho gratuito, invisível, não pago, é condição para o funcionamento da acumulação capitalista (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019). No caso da agricultura familiar, a mulher é mais explorada pelo sistema capitalista, pela capacidade de vender sistematicamente sua força de trabalho por valores que seriam insustentáveis em um setor proletário normal, proporcionando lucros abusivos para as empresas capitalistas (Bartra, 2011). O trabalho das mulheres rurais, seja aquele que busca a produção de renda, seja aquele que é desenvolvido no âmbito doméstico, está profundamente determinado por essas tendências. Desde o acesso desigual à tecnologia até as expectativas de gênero que moldam suas existências no cotidiano do assentamento, encontramos inúmeros exemplos.

Por outro lado, no contexto da atual ofensiva neoextrativista, que tem como um capítulo destacado a expansão de um modelo de agricultura baseado no agronegócio, se observam um conjunto de expropriações (de terras, de águas, de recursos da biodiversidade) que inviabilizam e desmontam qualquer perspectiva de reforma agrária. Quando a cadeia de expropriações se acirra e a reprodução de comunidades e famílias populares perde os suportes proporcionados pelas políticas sociais ou se torna mais dependente do mercado⁷, são as mulheres que compensam com mais trabalho reprodutivo os efeitos desses “cercamentos” em torno dos direitos ou dos bens comuns da natureza. As mulheres rurais enfrentam estes processos de expropriação: frente ao desemprego, elas criam possibilidades de geração de renda por meio de economias populares de subsistência (por exemplo, em feiras nas grandes cidades); frente à fome, elas produzem alimentos para si e para abastecer pequenos mercados; frente ao aumento do valor dos alimentos ou encarecimento do custo de vida, elas fazem malabares nas suas cozinhas para alimentar suas famílias e comunidades.

7 A literatura que trabalhamos recolhe uma análise que emerge dos movimentos de mulheres de América Latina que mostram que a ofensiva neoextrativista, produz expropriações (seja de direitos sociais, seja de bens comuns da natureza) que se traduzem, ora na ausência ou precarização de políticas sociais que podem dar suporte ao trabalho reprodutivo (de habitação, nutricionais, de assistência, de saúde ou previdência, etc.), ora na destruição de terras, habitats naturais, contaminação, que inviabilizam modos de vida tradicionais. Se o peixe não sobrevive no rio contaminado, as mulheres já não podem pescar e devem pagar por isso no mercado; se a terra passa a ser uma mercadoria e deixa de ser um bem comum, se impõe a necessidade de pagar um aluguel; se a comunidade é expulsa da sua terra, ela não poderá mais produzir alimentos e deverá pagar por isso nas grandes cidades. Daí a relação que estabelecemos entre as expropriações do padrão primário exportador, a precarização de políticas sociais, a imposição de uma reprodução mais dependente do mercado e o aumento do trabalho reprodutivo das mulheres (Federici, 2019, Gago, 2020, Lobo, 2020, Soares, 2023).

Por sua vez, é importante lembrar que existe uma estreita e macabra relação entre territórios extrativistas e violência contra as mulheres, que vem sendo denunciada por diversos movimentos feministas latino-americanos. Nas últimas décadas, em cidades como Rio das Ostras e Macaé, a violência sexual contra as mulheres se destacou como um problema recorrente. Segundo Alves, Marro e Sirelli (2024), os contornos específicos da violência patriarcal com a qual nos deparamos nesta região é expressão de um território extrativista, no qual a indústria petroleira provocou uma profunda modificação na estrutura econômico-social preexistente. O intenso aumento demográfico que se observou em Rio das Ostras e Macaé no período de 2000 a 2010; o crescimento rápido e desordenado das cidades da região do entorno; a sobrecarga e precarização da rede de serviços públicos; a elevação do custo de vida (também pela intensificação da especulação imobiliária); o aumento das assimetrias e desigualdades sociais pela chegada de grandes corporações, que alteram toda a dinâmica da vida desses pequenos municípios; o endividamento das famílias (e a exploração financeira que impacta o trabalho reprodutivo); a masculinização do território; a desestruturação de economias populares e de subsistência produzem um conjunto de situações que se traduzem num quadro de vulnerabilidade e violência que atinge a vida das mulheres (Svampa, 2019; Gago, 2020; Lobo, 2020).

As lutas cotidianas das mulheres do campo são referências que ecoam com a perspectiva dos *comuns* (Federici, 2019; Soares, 2023), e nos alertam que o trabalho reprodutivo que sustenta a vida pode ser também espaço de resistência e organização antipatriarcal. Mesmo que às vezes invisíveis, as mulheres rurais sustentam seus territórios, cuidam das suas comunidades, se auto-organizam para superar violências patriarcais. Suas economias populares; seus quintais; suas casas de farinha; suas roças são espaços de produção coletiva fundamentais para alimentar as comunidades, para proteger e criar autonomia financeira para outras mulheres que buscam romper com as amarras da violência.

A aposta, junto às Margaridas do Carukango, pela construção destes espaços comuns de reprodução da existência valoriza sua capacidade de confrontar com uma alimentação dependente do mercado ou envenenada por agrotóxicos: uma reprodução social *mais comum* e *menos mercantil*, e portanto, potencialmente socializada (menos individualizada), degenerificada (pois comer ou preparar alimentos não é um problema exclusivo das mulheres) e politizada.

4. Algumas experiências que nos desafiam

As mulheres do PDS são uma potência. Elas têm a capacidade de resistir a ameaças de despejo, mas também à desolação coletiva que paira no ar cada vez que aparece uma nova promessa de desestruturação do assentamento. Não sem conflitos, com muitos altos e baixos, elas se mantêm juntas e, por meio dos encontros mensais das atividades extensionistas, o coletivo tem dado vida ao assentamento, mobilizando ações comuns e desafiando a desequilibrada balança da divisão sexual e racial do trabalho. A relação mulheres e acesso à tecnologia, a relação entre participação de editais e a importância da geração de renda, entre a organização coletiva da produção e a presença das mulheres na vida do assentamento, são assuntos que têm atravessado o trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos projetos de extensão mencionados.

As atividades se inspiram na pedagogia freiriana (Freire, 1987, 2012, 2024) para construir momentos de organização, planejamento e formação política em diálogo com as demandas cotidianas dessas mulheres: saúde, desigualdades de gênero, geração de renda, produção coletiva, literatura, ervas medicinais, são algumas das temáticas emergentes do grupo. Como expressão dessa pedagogia dialógica, as temáticas abordadas são escolhidas em diálogo com o território. A cada início de ano, recapitulamos as atividades realizadas e as mulheres sugerem temáticas de interesse para serem trabalhadas.. Com o passar dos meses, os temas vão sendo abordados de acordo com as necessidades do grupo naquele período em que acontecem os encontros. As dinâmicas são planejadas pelos projetos de extensão mencionados, em reuniões prévias ou a partir de um roteiro escrito por uma das professoras envolvidas, com objetivo e percurso metodológico da atividade. Em geral, participam entre 5 a 12 mulheres do assentamento. No final da atividade, fazemos uma avaliação coletiva, na qual destacamos aspectos interessantes que emergiram; conflitos que merecem ainda ser trabalhados; decisões coletivas ou até novas propostas a serem abordadas nas próximas reuniões. As mulheres possuem um caderno do coletivo, no qual registram alguns encaminhamentos e “combinados”. Além dos registros fotográficos, realizamos anotações em diário de campo. São estes registros que nos permitem revisitar as sínteses teóricas e políticas produzidas na experiência de trabalho, muitas das quais compartilhamos neste artigo.

A seguir compartilhamos alguns avanços e desafios que percebemos ao longo deste percurso.

Além das atividades formativas, as ações extensionistas apoiaram a geração de renda por meio do PAA, entendendo que a independência financeira é um

fator essencial na liberdade feminina. A partir de junho de 2023, estudamos o acesso a essa política pública e fizemos encontros para elaboração do projeto no *software* do PAA. O trabalho extensionista foi essencial, pois auxiliou nas dificuldades de acesso do assentamento com computadores. Da mesma forma, as diversas reuniões, que já vinham acontecendo desde 2022 com as Margaridas do Carukango, foram cruciais para criar um ambiente fértil que pudesse executar o projeto do PAA aprovado. Com isso, o projeto gerou até 15 mil reais para cada participante e abriu portas para que outros assentados participassem do processo, fortalecendo a Associação do PDS Osvaldo de Oliveira, que é gerida majoritariamente, por mulheres.

A partir da experiência com o PAA, percebemos a importância da capacitação em informática e começamos a pensar na elaboração de um curso. No mesmo período, as mulheres falavam do interesse em acessar o crédito Fomento Mulher, porém o Incra estava sem técnicos suficientes para elaborar os projetos dos empreendimentos produtivos. Diante desse contexto, realizamos uma oficina de informática, em novembro de 2023, utilizando o projeto como objeto de estudo. No polo universitário da UFRJ de Macaé, cada mulher utilizou um *notebook*, com um estudante de Engenharia de Produção que auxiliou na escrita do projeto com informações sobre a beneficiária, os objetivos, os materiais necessários, a metodologia de execução, os resultados esperados e os orçamentos. As mulheres fizeram seus próprios projetos de construção de galinheiros para abate e venda de ovos; horta mandala com criação de peixes ou galinheiro, incluindo um sistema de irrigação; e a criação de vacas para produzir leite e queijo. Em março de 2024, na Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Sem Terra, as Margaridas reivindicam o crédito no Incra/RJ com os seus projetos em mãos e, nos meses seguintes, o crédito tornou-se uma realidade.

A *balança de cuidados* foi uma oficina que fizemos em dezembro de 2023. Fazia tempo que queríamos trabalhar a divisão sexual e racial do trabalho que circunda a vida das mulheres. Uma certa impaciência acadêmica, que cada tanto nos prega uma peça, nos fazia duvidar se deveríamos construir um encontro de formação política mais sistemático, mas os tempos das Margaridas não pareciam estar para isso. Trocando com companheiras que também desenvolvem trabalhos extensionistas em territórios de resistência, nos fizemos pensar sobre aquilo que tantas vezes Paulo Freire nos alertou: mais do que transferir conhecimento, a experiência educativa deve criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção (Freire, 2024, p. 24). E foi assim que surgiu a ideia desta oficina: convidamos as mulheres a escrever em um cartão que tinha o título de “*eu cuido de*”, uma relação de todos os espaços e pessoas que eram cuidados por elas: hortas, maridos,

filhos/as, companheiras, tarefas do movimento, pais, produção coletiva, casa, cozinha, comida, plantas, animais. E em um outro cartão que tinha o título de “*cuidam de mim*”, o exercício seria similar, listando todas as pessoas, elementos e espaços que exercem uma função de cuidado com essas mulheres. Após cada uma montar seus cartões, o convite era para traduzir essa situação em uma balança (que improvisamos com um cabide, barbante e pratinhos nos extremos) colocando de um lado pedrinhas (uma por cada elemento da lista) relativas ao que é cuidado, e de outro, pedrinhas por cada elemento ou pessoa que oferece cuidado. Cada uma apresentou “sua balança” ao grupo, abriu seu coração e um pouco da sua vida, oferecendo luzes acerca das formas como essa divisão sexual e racial do trabalho atravessa a vida das mulheres. Balanças desequilibradas; balanças mais ou menos equilibradas; relatos emocionantes sobre vidas transformadas e sobre novos horizontes de humanidade, possibilitados pela militância no MST, nos permitiram dar visibilidade à função de cuidado que cada uma dessas mulheres exerce, mas também à importância de criar mecanismos de autocuidado e proteção que não reproduzam subalternidades sexistas. E assim vivemos uma experiência pedagógica transformadora que nos apontou a importância de mobilizar as vivências e os saberes que carregam essas mulheres.

A oficina *Eu sou, porque nós Somos*, rememorando uma frase de Marielle Franco, deu vida a uma dinâmica que fizemos em agosto de 2024 e teve como objetivos trabalhar a importância da auto-organização das mulheres no PDS Osvaldo de Oliveira e seu significado para a Reforma Agrária Popular, valorizando o seu papel na vida do assentamento, reforçando sua capacidade produtiva e a autonomia financeira. Também buscamos consolidar os laços internos desse espaço organizativo, em uma perspectiva feminista. Começamos pensando a luta pela terra na região (com os assentamentos e acampamentos organizados pelo MST no estado do Rio de Janeiro) e no Brasil; o papel do PDS nesse contexto e as mulheres desse território. As lutas sociais feministas têm nos alertado de que as mulheres movimentam o mundo, alimentam, cuidam, preservam e é por isso que suas práticas têm um efeito multiplicador. Por exemplo, as mulheres do PDS cuidam de filhos e netos, regam suas hortas, plantam para restabelecer ciclos da natureza, produzem alimentos para o PAA e o PNAE. Nesta dinâmica colocamos no centro da roda estas perguntas: *Quantas coisas nós somos? Quantas coisas colocamos em funcionamento e dependem de nós? Cuido da família? Cuido de amigas? Molho minha horta? Tenho um plantio com minhas companheiras? Produzo para o PAA ou o PNAE? Participo de espaços coletivos do PDS? Faço feira na Universidade? Que outras informações sobre mim eu quero agregar neste mapa?*. Disponibilizamos imagens de diferentes figuras e as convidamos a construir

um mapa que cartografou um “*eu sou porque nós somos*” de tamanha riqueza. E foi assim que elas diagramaram e visualizaram a importância das mulheres na sustentação de tantos ciclos coletivos, o significado das Margaridas do Carukango no mapa da luta pela terra no estado e no Brasil e a necessidade da Reforma Agrária pelo seu efeito multiplicador.

A atuação das mulheres em funções de coordenação e com responsabilidades em prol do coletivo do assentamento, muitas vezes, provoca uma narrativa masculina de desqualificação da sua forma de fazer, mesmo quando esta traz resultados positivos para o grupo, como aconteceu no caso do PAA. Levadas por essas narrativas, não são raros os momentos em que as mulheres se colocam umas contra as outras. Atentas à construção de espaços que garantam trocas afetivas, uma das finalidades dessas oficinas é desenvolver a cumplicidade e a solidariedade feminista. Depois de alguns encontros, uma assentada relata com satisfação que passou por uma situação de desentendimento com um assentado, em que outra companheira do coletivo a defendeu; fato incomum, pois em muitas oportunidades as mulheres tendem a ser silenciadas.

Nesse sentido, nos próximos passos, há a proposta de realização de duas oficinas: uma sobre a “fofoca” e outra sobre a confiança. Tendo como referência as análises de Silvia Federici (2017), propomos a oficina *Conte um conto e aumente um ponto*. O objetivo é trabalhar a importância da auto-organização das mulheres, da parceria e da cumplicidade, do compromisso de construir um espaço seguro que permita a sua autonomia financeira no contexto da sociedade capitalista e patriarcal. A proposta é, em um primeiro momento, dividir as mulheres em duas fileiras e depois contar um relato fictício sobre um assentamento que apresenta um problema. A partir do relato, a 1ª da cada fila vai inventar uma “fofoca” e dizer em segredo para a 2ª da fila; a 2ª vai agregar alguma informação aumentando a “fofoca” e vai passar em segredo para a 3ª; a 3ª vai aumentar a “fofoca” e vai fazer o mesmo sucessivamente. Quando chegar no final: a 1ª e a última de cada fila vão falar em voz alta como começou e como terminou a história, respectivamente. Após a dinâmica, discutiremos sobre os efeitos que essas práticas difamatórias e degradantes da imagem social da mulher poderiam ter no assentamento em questão, sobre quem seriam os beneficiados por essa situação e sobre o significado da “fofoca” e de outras práticas misóginas no contexto da sociedade patriarcal, fazendo uma relação com o que é vivenciado pelas mulheres no PDS Osvaldo de Oliveira.

Já a oficina *Baralho da confiança* tem como finalidade potencializar a confiança entre as mulheres do assentamento, sentimento essencial para o

trabalho coletivo. De acordo com Karsenty (2013), a cooperação é sustentada e alimentada pela confiança, um sentimento integrante do afeto, isto é, o sentimento de se sentir segura e serena com relação ao comportamento futuro da outra. A proposta da oficina consiste em: cada mulher puxa uma carta do “baralho da confiança”, onde terá uma situação para ser resolvida com base na confiança. Para cada situação, a pessoa da vez deve responder: *Qual é o problema? Quais são os medos ou inseguranças? Como resolver? O que gerou confiança?* Um exemplo de uma das cartas é: *você vai precisar viajar por duas semanas para cuidar da sua mãe que está muito doente em outra cidade. A sua horta vai precisar de cuidados na sua ausência. O que você vai fazer?.* A discussão será em torno dos dispositivos de confiança no coletivo das mulheres: *Já houve no coletivo das mulheres situações de desconfiança que foram superadas? Quais situações hoje geram insegurança / desconfiança entre as mulheres do coletivo? Como podemos resolvê-las? Quais dispositivos de confiança podemos pactuar?*

Os impactos positivos da organização das mulheres no interior do assentamento são visíveis. As ações de extensão aqui relatadas deram apoio ao processo de organização, por meio destas atividades sócio-educativas que buscaram promover espaços de debate e formação política para as mulheres. É evidente que os resultados não são lineares, mas observa-se um crescimento interessante do processo de auto-organização, um maior reconhecimento da unidade de interesses e uma crítica às desigualdades entre os sexos na vida cotidiana do assentamento. A sistematicidade dos encontros, o envolvimento nos problemas e lutas cotidianas pela melhoria das condições de vida no território, a organização em torno dos editais, como PAA e PNAE, demonstram o protagonismo das mulheres. São frutos que têm impactos políticos importantes, mas também na autonomia financeira e no fortalecimento produtivo do Coletivo. As mulheres do MST têm uma participação destacada nas Feiras Agroecológicas, que acontecem de forma mensal, nos Pólos Universitários da UFF e UFRJ, de Rio das Ostras e Macaé. E por meio desta experiência, têm firmado novas parcerias e encontros com outras mulheres rurais da região.

A modo de conclusão

“*Eu quero construir uma raiz*”, disse uma delas que fala com o coração. A mais alta dentre elas afirmou: “*eu conquistei minha liberdade, meu jeito de falar e apesar de tudo o que passei, me sinto livre e é uma conquista*”. Aquela que tem uma oratória que encanta disse: “*eu tenho esperança, por estar onde eu quero, independente das minhas condições de saúde*”.

Pode parecer um paradoxo frente a tantas dificuldades que o PDS enfrenta, mas encontramos nas práticas dessas mulheres algumas reminiscências daquilo que Adoue (2017) analisa como “economia da abundância”. A autora utiliza essa lente para retratar a experiência histórica dos povos das florestas, que ao produzir excedente ou práticas de extração da natureza, entendem que elas podem representar um desequilíbrio nas trocas com o ambiente que precisa ser compensado, produzindo ações sobre a natureza que sejam ao seu favor. A propagação das matas ciliares e o plantio de árvores; o cuidado com a fauna que faz a dispersão de sementes; a produção de uma agricultura que se articula aos ritmos da natureza; atitudes de cuidado com os cursos de água e os animais que se integram nas cadeias alimentares, são práticas que caracterizam os povos tradicionais, mas também que ressoam nas falas das assentadas.

Impossível não lembrar que entre as ações que as mulheres do PDS planejavam em novembro de 2022 – quando nos reunimos para rearticular o Coletivo das Margaridas e visualizar perspectivas de trabalho para o próximo ano –, elas destacavam a ideia de limpar um pequeno córrego de água, que poderia ser recuperado como espaço de lazer para elas e suas crianças; ou também, do plantio de árvores frutíferas, após um brutal incêndio que atingiu algumas casas e áreas comuns nesse mesmo ano. A preocupação com as árvores frutíferas era porque elas poderiam anunciar o retorno dos pássaros, principais dispersores de sementes. Exemplos como esses mostram que qualquer ataque ao assentamento PDS Osvaldo de Oliveira em mãos de uma política de contra-reforma agrária, significa, não apenas um ataque a toda a cadeia de vida ecod dependente daquele território (Teixeira, Montezuma, 2022), mas também a interrupção do seu efeito multiplicador, sua continuidade como espaço de produção de alimentos agroecológicos.

Territórios tradicionais encerram saberes e tecnologias complexas: práticas de cura e cuidado das comunidades, como nos quilombos; interdições alimentares, deslocamentos, e controle demográfico, como nos povos das florestas; produção de alimentos agroecológicos, menos dependentes do mercado ou da monetarização, como nas mulheres do campo (Adoue, 2017; Soares, 2023). É por isso que identificamos nas Margaridas do Carukango e nos povos do campo, tecnologias complexas e saberes ancestrais que devem ser preservados.

O coletivo de mulheres do PDS Osvaldo de Oliveira tem um significado importante para a consolidação da reforma agrária. As Margaridas cuidam e sustentam seus territórios, produzem alimentos que oferecem a cada mês nas Feiras Agroecológicas das Universidades do entorno, nas escolas de Macaé

pelo PNAE e nos equipamentos sociais através do PAA. Com muitas batalhas, defendem seus plantios para criar autonomia financeira em um território que é marcado pela indústria extrativista. São promessa de reprodução da vida e dos *comuns*, em uma região em que os índices de violência contra as mulheres expressam as marcas da profunda desestruturação social que provoca o padrão primário exportador e sua sede desenfreada de produção de *commodities*. Talvez seja por isso que as Margaridas aninham a luta pela terra...

Bibliografia

ADOUE, Silvia. Os povos da floresta e o desenvolvimento. As retomadas guarani e kaioiwá no Brasil. In FELIZ, Mariano & PINASSI, Orlanda. **La farsa neodesarrollista y las alternativas populares en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires, Herramienta, 2017, p. 171-182.

ALENTEJANO, Paulo; JUNIOR, Jurandir; SILVA, Lucas. Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro (1950-2018). **GEOgraphia**, Niterói, Universidade Federal Fluminense, vol. 24, n. 52, 2022, p. 1-21. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/48866>. Acesso em 20 setembro 2025.

ALVES, Hayda; MARRO, Katia Iris; SIRELLI, Paula Martins. Chega de estupros em rio das ostras! A emergência da pauta pública da violência sexual pelas mãos do movimento de mulheres. In ASSUNÇÃO, V. **Mosaico riostrense: Economia, sociedade e cultura de rio das ostras e região**. volume 1 [...]. Belém, Brasil: Home editora, 2024. P. 155-187.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi, FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%. Um manifesto**. São Paulo, Boitempo, 2019.

BARTRA, Armando. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Criar a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS. Portaria n. 477, de 04 de novembro de 1999. **Boletim de Serviço do Incra**, nº 45, de 08 de novembro de 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Metodologia para implantação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS**. Brasília: MDA, 2006.

CISNE, Mirla & SANTOS, Silvana Mara. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2018.

Conab – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Transparência pública do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.** Disponível em: <https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta> . Acesso em agosto de 2025.

COSTA, Beatriz Mendonça da. **O poder judiciário e a contrarreforma agrária: concepções a partir do assentamento PDS Osvaldo de Oliveira.** 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

COSTA, Ana; BARCELOS, Eduardo; WANDERLEY, Luiz. A “nova corrida” por terras no estado do Rio de Janeiro: grandes projetos, expropriação e território. In GTAgrária AGB - seções Rio de Janeiro e Niterói. **Geografia dos grandes projetos de desenvolvimento: uma reflexão a partir do estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Consequência, 2021, p. 89-130.

COSTA, Ana; MONTEIRO, Daniel; GRABOIS, Gabriel *et al.* Grandes projetos de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro - O que há de “novo”? **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, vol. 2, nº 61, jul-dez. 23, p. 776-832.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo, Elefante, 2017.

_____. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** São Paulo, Elefante, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Princípios do trabalho popular. IN PELOSO, Ranulfo (org.). **Trabalho de base** (seleção de roteiros organizados pelo Cepis). São Paulo, Expressão Popular, 2012, p. 21-31.

_____. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** 78ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2024.

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo.** São Paulo, Elefante, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: _____. **Lélia Gonzalez - Primavera para as rosas negras.** São Paulo: Diáspora Africana, 2018, p. 190-214.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> . Acesso em agosto de 2025.

----- **Censo agropecuário 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/24/76693?localidade1=330240&localidade2=33>. Acesso em agosto de 2025.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Programa produtivo do PDS Osvaldo de Oliveira (MACAÉ, RJ).** Rio de Janeiro: Incra, 2017.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Crédito Instalação.** 21 mar. 2024. Disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/credito> . Acesso em agosto de 2025.

----- **Relação de projetos de assentamentos criados e reconhecidos pelo Incra.** 03 de junho de 2025. Disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Acesso em setembro de 2025.

KARSENTY, L. Comment appréhender la confiance au travail? In: KARSENTY, L. (coord.). **La confiance au travail. Collection Le travail en débats.** Octares Editions, Toulouse, France. 2013.

LOBO, Natalia. O avanço das transnacionais sobre a natureza, os comuns e a vida das mulheres. In: MORENO, R. (Org.). **Crítica feminista ao poder corporativo.** São Paulo: SOF, 2020, p. 65-92.

MANSUR, Gabriel. RJ: censo do IBGE aponta para ‘êxodo urbano’ e migração do povo para perto do petróleo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/2023/06/1044574-rj-censo-do-ibge-aponta-para-exodo-urbano-e-migracao-do-povo-para-perto-do-petroleo.html> . Acesso em agosto de 2025.

MARRO, Katia; REGINALDO, Ana Carolina D.; FERREIRA, Eduardo da S *et al.* Raízes de lutas e aprendizados as marcas da luta pela terra na experiência de elaboração de um documentário referenciado na educação popular. **UFF & Sociedade**, v. 5, n. 7, p. 1-12. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/uffsociedade/article/view/68406>. Acesso em: 22 maio. 2026. MONTEIRO, Jéssica Oliveira. Das trincheiras de contra-hegemonia em tempos sombrios: Contribuições de uma experiência de extensão universitária com processos de formação política junto ao MST. 2014. 170 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Humanidades e Saúde de Rio das Ostras, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

RANGEL, Diego Fraga. **Sistematização do processo de construção do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Osvaldo de Oliveira, no município de Macaé, RJ.** 2019. 83 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em

Agroecologia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná campus Campo Largo, Lapa, 2019.

SOARES, Maria Raimunda. Corpo-território, os comuns e as mulheres quilombolas. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, V.33, nº2, jul/dez de 2023, p. 230-255. Disponível em: <https://praiavermelha.ess.ufrj.br/revista/#id2023> Acesso em agosto de 2024.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en America Latina. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. Guadalajara, CALAS, 2019.

TABET, Paola. As mãos, os instrumentos, as armas. In FERREIRA, Verônica (org). **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Recife, SOS Corpo, 2014, p. 101-174.

TEIXEIRA, Maiana Maia; MONTEZUMA, Talita Furtado. Mapeando os conflitos por água no Brasil: principais indicadores, sinais de alerta e ameaças para a defesa das águas como bens comuns. In: CPT (org.). **Conflitos no Campo: Brasil 2021**. Goiânia: CPT Nacional, 2022. p. 126-137.

Wigg, D., Vieira, F. M., Quintans, M. T. D., Souza, N. A., Silva, N. R., Lustosa, R. A.. Semeando novos tempos? Reforma agrária e agroecologia um diálogo possível e necessário: análise a partir do estudo de caso do PDS Osvaldo de Oliveira no Rio de Janeiro. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, n. 1, 2016, p. 117-147.

Recebido em setembro de 2025.

Aceito em junho de 2026.